

Senado estuda mudanças na legislação sobre trânsito

Guilherme Santos/PMPA



Projetos que alteram as leis de trânsito e as regras sobre multas, seguros e normas de segurança estão na pauta das principais comissões técnicas, prontos para votação

Redistribuição de recursos do seguro obrigatório para as vítimas de acidentes, cumprimento de normas para fabricação de veículos, concessão de bônus para o bom motorista e maiores chances de defesa contra as multas são alguns dos temas dos di-

versos projetos que modificam a legislação brasileira de trânsito, na pauta de votações nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). No Brasil, segundo dados oficiais, acidentes de trânsito matam, em média, 40 mil pessoas por ano. **4**

Blitz em Porto Alegre: projeto em discussão no Senado concede bônus para os motoristas que ficarem três anos sem levar multas

Para Demóstenes, críticas à redação da Lei da Ficha Limpa são ignorância **3**

Mundo aprova política contra a fome no país, diz ONU

Representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), Hélder Muteia disse à TV Senado que o mundo acompanha com interesse os bons resultados alcançados pelo Brasil. **3**

Garantia de salário à mãe na internação de prematuro

A Comissão de Assuntos Sociais vai analisar projeto que garante salário-maternidade às mães de prematuros extremos durante o período de internação do recém-nascido. A proposta é da senadora Marisa Serrano. **2**

Cristina Gallo/Senado Federal



Carlos Mathias (E), da Unilegis, ao lado dos participantes do 7º Seminário Ítalo-Ibero-Brasileiro: especialistas de quatro países discutem reformas dos códigos processuais Civil e Penal do Brasil

Seminário discute novo Direito Processual brasileiro

Convidados de Portugal, da Espanha e da Itália participam, até amanhã, junto com especialistas brasileiros, do 7º Seminário Internacional de Estudos

Jurídicos, promovido pelo Superior Tribunal de Justiça com apoio, entre outros, da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis). Um dos temas

centrais do encontro, aberto ontem, são as propostas de reforma dos códigos de Processo Penal e Civil, em tramitação no Congresso Nacional. **2**

Em seminário internacional no Superior Tribunal de Justiça, consultor-geral do Senado exalta participação da sociedade na modernização do Código de Processo Civil

Sugestões aperfeiçoam projeto de reforma do CPC

A PARCERIA ENTRE Legislativo e Judiciário e as sugestões dos operadores do Direito e da comunidade em geral têm sido fundamentais na elaboração do novo Código de Processo Civil (CPC). Essa é a avaliação do consultor-geral legislativo do Senado e conselheiro do Ministério Público, Bruno Dantas.

Ele falou ontem na abertura do 7º Seminário Italo-Ibero-Brasileiro de Estudos Jurídicos, que termina amanhã no Superior Tribunal de Justiça (STJ). O tema deste ano é "Novos Rumos do Direito Processual". Hoje, o evento recebe o relator do projeto de novo Código de Processo Civil (PLS 166/10), senador Valter Pereira (PMDB-MS).

Bruno Dantas destacou a importância do ciclo de audiências públicas realizado pelo Senado e a contribuição do público para elaborar leis condizentes com os anseios da sociedade. Uma comissão especial de senadores esteve em oito capitais brasileiras neste mês, colhendo sugestões ao PLS 166/10, cujo texto original foi elaborado por uma comissão de juristas presidida pelo ministro Luiz Fux, do STJ.

– Sugestões e críticas são fundamentais para produzirmos um código mais eficiente – disse Dantas.

Agilidade

Dar mais agilidade à Justiça é, na opinião de Fux, o grande



Ministro do STJ Luiz Fux (E) e o consultor-geral legislativo do Senado, Bruno Dantas

desafio do projeto. O texto, atualmente, está sendo avaliado pelo grupo de senadores e pela sociedade para, em seguida, ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. O ministro contou, no seminário, que países europeus – como Espanha, Itália e Portugal – realizaram reformas recentemente em seus códigos de Processo Civil e Penal para se adaptarem às mudanças sociais.

Carlos Mathias, vice-reitor acadêmico da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e coordenador científico do evento, também destacou as novas modificações dos códigos e afirmou que o seminário é de grande importância e pode contribuir com os debates num momento no qual o Brasil discute tantas reformas jurídicas.

– O mundo inteiro está mudando. Não adianta um Direito que não se realiza – afirmou.

O presidente do STJ, ministro Ari Pargendler, abriu o evento frisando a importância do encontro no debate de problemas da sociedade e na luta dos profissionais do Direito por uma Justiça mais rápida e eficaz.

– A proposta desta edição gravita em torno do Direito Processual. A sociedade moderna gera demandas em quantidade que, com os procedimentos tradicionais, já não podem ser absorvidas pelo Judiciário – afirmou o presidente do STJ.

Participaram também da abertura do evento os embaixadores Gherardo La Francesca, Carlos Alonso Zaldívar e João Salgueiro (da Itália, Espanha e Portugal, respectivamente); o núncio apostólico no Brasil, d. Lorenzo Baldisseri; o reitor do Centro Univesitário de Brasília (Uniceub), Getúlio Américo Lopes; e o procurador-geral do Distrito Federal, Marcelo Galvão.

Internação de prematuros pode ampliar salário-maternidade

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) apresentou nesta semana projeto à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para que o salário-maternidade a que têm direito as seguradas da Previdência Social seja garantido às mães de prematuros extremos, durante todo o período de internação do recém-nascido.

Pela proposta, o benefício será independente do período de licença à mãe. Caso a internação exceda os 120 dias previstos atualmente pela Constituição, a segurada receberá o salário de contribuição.

O valor do benefício varia para cada categoria de segurado. De forma geral, ele corresponde aos rendimentos efetivamente auferidos no mês que se enquadrem no conceito



Waldemir Boretty/Senado Federal

Benefício será independente do período de licença à mãe, diz Marisa de remuneração. É a base de cálculo da contribuição dos segurados, a partir da aplicação de uma alíquota, fixada em lei, que também varia de acordo com a categoria.

Os prematuros extremos são "crianças nascidas com exigências redobradas de cuidados e sem algumas condições mínimas para deixar o ambiente hospitalar", esclarece a parlamentar.

Proposta autoriza União a fazer convênios para treinar cães-guia

A União poderá ser autorizada a celebrar convênios com entidades sem fins lucrativos para o treinamento de cães-guia a serem destinados a pessoas com deficiência visual. É o que prevê projeto de lei (PLS 456/09) do senador Gim Argello (PTB-DF) que receberá decisão terminativa na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O relator, Flávio Arns (PSDB-PR), apresentou voto favorável à proposta, com emendas. De acordo com as alterações do relator, os convênios poderão abranger a formação de cães-guia, incluindo a fase de instrução dos usuários, a manutenção dos animais, a destinação dos cães-guia reformados e a formação de treinadores.

O fornecimento dos animais



Márcio Kolumbe/Senado Federal

Proposta de Gim Argello recebeu texto alternativo do relator, Flávio Arns

deverá beneficiar a pessoa com deficiência visual severa que não disponha de recursos financeiros para providenciar a formação de cão-guia para si.

O projeto determina ainda que as entidades, além de comprovar capacidade técnica, não poderão cobrar dos usuários qualquer valor ou exigir qualquer vantagem pelo fornecimento dos cães.



Carlos Mathias (E), vice-reitor da Unilegis e coordenador científico do evento: "Não adianta um Direito que não se realiza"

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão reservada para discursos

9h

Na sessão de hoje não haverá votação de matérias. Ela será destinada a pronunciamentos de senadores.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Julgamento da Ficha Limpa envolve votação no Senado

O julgamento da Lei da Ficha Limpa realizado ontem pelo Supremo Tribunal Federal (STF) foi marcado pela polêmica em torno da aprovação da proposta pelo Plenário do Senado.

Os ministros examinaram o recurso de Joaquim Roriz (PSC) contra decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que impugnou sua candidatura ao governo do Distrito Federal pelo fato de ele ter renunciado ao mandato de senador em 2007, evitando um processo de cassação que poderia torná-lo inelegível.

Para o presidente do STF, Cezar Peluso, uma mudança na redação do texto feita pelo Senado deveria ter sido analisada pela Câmara antes da sanção presidencial. O argu-

mento foi rebatido por Ricardo Lewandowski, que apresentou pareceres de especialistas segundo os quais a emenda de redação no Senado não alterou o mérito da lei, que trata da inelegibilidade de políticos condenados em decisão colegiada ou que tenham renunciado. A opinião de Peluso foi contestada também pelo senador Demóstenes Torres (DEM-GO) (leia abaixo).

Até o fechamento desta edição, o julgamento da validade da Lei da Ficha Limpa já para as eleições de 2010 contava com 5 votos a favor e 3 contra.



Plenário do Supremo Tribunal Federal durante julgamento de recurso de Joaquim Roriz: votação no Senado foi colocada em dúvida

Carlos Humberto/STF

Demóstenes: mudança na Ficha Limpa apenas harmonizou texto

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Demóstenes Torres (DEM-GO), classificou como "ignorância" impedir a aplicação da Lei da Ficha Limpa nas eleições de outubro sob alegação de inconstitucionalidade devido a uma mudança de tempo verbal feita quando a matéria tramitou na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Ele se manifestou em entrevista à Agência Senado, antes da decisão do Supremo Tribunal do Federal (STF).

A afirmação de Demóstenes foi uma resposta a comentário do presidente do STF, ministro Cezar Peluso, durante julgamento na quarta-feira de recurso contra decisão que impede Joaquim Roriz de concorrer ao governo do Distrito Federal com base na Lei da Ficha Limpa.

Quando o projeto tramitou no Senado, a CCJ substituiu a forma verbal "tenham sido [condenados, excluídos, demitidos, aposentados]" pela forma "os que forem [condenados, excluídos, demitidos, aposentados]". Na opinião de Peluso, a mudança afeta o conteúdo da norma e, por esse motivo, o projeto deveria ter voltado para nova análise da Câmara dos Deputados antes de ter seguido para sanção do Poder Executivo.

Demóstenes explicou que a alteração foi feita somente para "harmonizar o texto", uma vez que havia diferenças entre os tempos verbais usados no texto.

– Ele [Peluso] acha que descobriu o 'ovo de Colombo', mas não sabe o que está dizendo – afirmou Demóstenes.

TSE prorroga até dia 30 prazo para 2ª via do título de eleitor

As pessoas que perderam o título de eleitor têm até o dia 30 deste mês para solicitar a segunda via do documento. O prazo terminaria na quarta-feira passada, mas foi prorrogado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O procedimento pode ser feito em qualquer cartório eleitoral, mesmo se o eleitor estiver fora de seu

domicílio de votação.

Todos os eleitores cadastrados até 5 de maio deste ano que tiveram seu título perdido, danificado ou extraviado podem pedir a segunda via. Para votar no dia 3 de outubro, além do título, será necessário apresentar um documento oficial de identificação com foto, de acordo com a Lei 12.034/09.

Programa Improviso homenageia o jornalista Antonio Arrais

O programa *Improviso* – o jazz do Brasil, da Rádio Senado, destaca hoje o jazz brasileiro do trompetista norte-americano Miles Davis. Por intermédio do músico, o *Improviso* presta sua homenagem ao jornalista Antonio Arrais de Oliveira, recentemente falecido. Arrais, como era conhecido pelos amigos, foi um grande fã de Davis. Em sua coleção de CDs, que ultrapassa-

va os 2 mil títulos, tinha 150 só de Miles Davis.

Antonio Arrais foi um grande incentivador do *Improviso*, em muitas ocasiões emprestou discos de seu acervo para a difusão no programa. Seus profundos conhecimentos de jazz estiveram sempre à disposição da produção para ajudar a compor os perfis dos músicos focalizados.

ONU exalta as políticas do Brasil de combate à fome

Representante da FAO diz, em entrevista à TV Senado, que o mundo acompanha trabalho com grande interesse, mas admite que resultados globais são fracos

O BRASIL ESTÁ sendo, para todo o mundo, um "laboratório de experiências positivas nas políticas de combate à fome, que vêm sendo acompanhadas com grande interesse por muitos países e organismos internacionais". A opinião é do representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) no Brasil, Hélder Muteia, em entrevista ao programa *Agenda Econômica*, da TV Senado.

Na entrevista, Muteia comentou os resultados da última pesquisa divulgada pela FAO, radiografando a situação da fome em todo o mundo. De acordo com o estudo, 925 milhões de pessoas passam fome, dois terços delas concentradas nos seguintes países:

Bangladesh, China, Congo, Etiópia, Índia, Indonésia e Paquistão.

Apesar desse número, houve um pequeno progresso, já que em 2009 a população de famintos era de 1,023 bilhão. De qualquer maneira, "é um número que continua sendo causa de vergonha para todos os países", comentou.

Segundo a pesquisa da FAO, os países em desenvolvimento concentram 98% da população faminta do mundo. Dos quase 1 bilhão de famintos, 578 milhões encontram-se na Ásia e no Pacífico; 239 milhões, na África subsaariana; 53 milhões, na América Latina e no Caribe; 37 milhões, no Oriente Médio e na África do Norte; e 19 milhões, nos países desenvol-

vidos, a maioria imigrantes dos países pobres.

Muteia lamentou os poucos resultados obtidos na perseguição das metas do milênio, que pretendem reduzir o número de famintos no mundo de 20% para 10% da população mundial até 2015. Faltando somente cinco anos para o encerramento do prazo, o índice de pessoas com fome ainda se encontra em torno de 16%.

Ao analisar o fraco desempenho mundial no combate à fome, o representante da FAO ressalta que Brasil e China têm de ser considerados como casos à parte, pelos notáveis progressos nos programas de combate à pobreza e de aumento da produção de alimentos na agricultura familiar.

Consea: contra a fome, apoio à pequena produção

O apoio concedido pelo governo à agricultura familiar – principalmente na forma de concessão de crédito, de assistência técnica e de mecanismos de garantia de comercialização do produto – é peça fundamental na estratégia de combate à fome no Brasil. A análise foi feita pelo presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Renato Maluf, em entrevista concedida ao programa *Cidadania*, da TV Senado,

A grande diferença entre o programa brasileiro e o de

outros países é exatamente esse apoio, afirmou. Além de conceder crédito e assistência técnica à agricultura familiar, o governo brasileiro determinou ainda que os programas nutricionais do país – entre eles o da merenda escolar – adquiram pelo menos 30% dos seus alimentos junto a esses pequenos agricultores.

O êxito do programa brasileiro de combate à fome, reconhecido por diversos organismos internacionais, incluindo-se aí a Organização das Nações Unidas (ONU) deve-se "ao

engajamento da sociedade civil no tema e à decisão política de enfrentar o problema, adotada pelo presidente Lula logo no início do seu governo", disse.

Renato Maluf explicou ainda a forma de atuação do órgão que dirige no combate à fome, destacando os resultados que vêm sendo obtidos pelo Brasil, na sua opinião um dos poucos países que, no que se refere ao combate à pobreza e à fome, tem registrado notáveis progressos com relação às metas do milênio fixadas para o período de 2000 a 2015.



TV Senado retransmite debate de candidatos à Presidência

A TV Senado retransmitiu ontem à noite o debate entre os candidatos à Presidência da República promovido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e mediado pelo jornalista Beto Almeida, da TV Senado. No primeiro bloco, em que os candidatos resumiram propostas, Plínio de Arruda Sampaio (PSOL) afirmou que fez a "opção preferencial pelos pobres". Marina Silva (PV) disse que não se pode ter atitude complacente com erros. Dilma Rousseff (PT) reafirmou seu projeto de "continuidade do governo Lula". E José Serra (PSDB) disse que compartilha dos princípios cristãos.



Últimas estatísticas apontam uma média anual de 40 mil mortes no trânsito do país. Campanhas de conscientização e leis mais eficazes podem reduzir mortalidade

Senado pode aprovar várias mudanças nas leis de trânsito ainda este ano

Projetos que alteram a legislação de trânsito e outras normas relacionadas ao assunto estão prontos para votação nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de

Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As propostas tratam de temas como redistribuição de recursos do seguro obrigatório para vítimas de acidentes, cumprimento de normas para fabricação de veículos

e concessão de bônus para o bom motorista. Projetos que facilitam a defesa de condutores que se considerarem injustiçados pela cobrança de multas também podem ser votados.

Proposta dá nova distribuição a recursos do Dpvt

Em exame na CAE, o PLS 16/08, apresentado pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO), destina a estados e municípios parte dos recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (Dpvt). Atualmente, metade da arrecadação é usada para custear as indenizações e a outra metade é destinada exclusivamente ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) – gestor financeiro, na esfera federal, do Sistema Único de Saúde (SUS).

Marconi argumenta que os gastos hospitalares com atendimento de vítimas de acidentes de trânsito recaem, em sua maior parte, sobre estados e municípios. O texto – um substitutivo elaborado pelo senador João Vicente Claudino (PTB-PI) – redistribui esses valores, na seguinte proporção: 15% ao FNS, 15% aos fundos estaduais e 20% aos fundos municipais. As verbas devem ser destinadas exclusivamente ao custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito.

A matéria seguirá depois para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será votada em decisão terminativa. O texto altera a Lei 8.212/91, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social.

Bicicletas deverão possuir equipamentos de segurança

Com o objetivo de assegurar maior proteção ao ciclista, projeto (PLS 127/09) de autoria do senador Romeu Tuma (PTB-SP) que se encontra em exame na CCJ – para decisão terminativa – estabelece que as bicicletas deverão ser comercializadas no país com equipamentos de segurança, como campanha e sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais, além de espelho retrovisor do lado esquerdo. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), as bicicletas

também são consideradas veículos.

Substitutivo apresentado à proposta pelo relator, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), impõe as penalidades estabelecidas pelo CTB e pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) aos fabricantes, importadores, montadores e revendedores que comercializarem veículos fora das especificações de segurança.

Atualmente, as punições são aplicáveis a condutores que circulem com veículos em condições irregulares.

Desconto nas multas para três anos sem infração

O condutor que não cometer nenhuma infração de trânsito durante, no mínimo, três anos consecutivos será beneficiado com desconto de 6% sobre o valor de multas recebidas por infrações leves cometidas no ano subsequente. É o que prevê substitutivo do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

ao PLS 300/03, apresentado pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

O projeto original estabelecia como benefício a concessão de bônus na forma de redução de pontos quando houvesse infrações leves. O relator, no entanto, considerou mais adequado o desconto no valor das multas.

Projetos facilitam defesa e recursos contra multas

O PLS 148/04, apresentado pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), visa facilitar a revisão de multas pelo condutor, possibilitando o julgamento desses casos pelos juizados especiais cíveis e criminais dos estados e municípios. A proposta altera a Lei 9.099/95.

Segundo Valadares, os motoristas estariam hoje diante de “uma furiosa multiplicação das multas de trânsito, impostas mediante utilização de aparelhos eletrônicos, cujo produto é rateado em elevados percentuais com as empresas cedentes dos aparelhos”. Para ele, o Estado deve facilitar o acesso dos cidadãos ao Judiciário, possibilitando a revisão de uma decisão administrativa, em que a instância revisora seja distinta da que proferiu a decisão.

O projeto conta com voto favorável do senador Gilvam Borges (PMDB-AP). Ele considera pertinente a utilização do rito sumariíssimo dos juizados especiais para facilitar o acesso à Justiça nesses casos.

Já o PLS 403/09, do senador Raimundo Colombo (DEM-SC), aumenta de 30 para 90 dias o prazo para o motorista recorrer das multas de trânsito. Ele argumenta que um prazo maior favorecerá a ampla defesa do cidadão.

Campanhas enfatizam uso do cinto de segurança

Marcada este ano por campanhas a favor do uso do cinto de segurança e da cadeirinha para o transporte de crianças, a Semana Nacional de Trânsito, de 18 a 25 de setembro, dividiu atenções nos últimos dias com mais uma edição do Dia Mundial sem Carro, na quarta-feira.

Enquanto a campanha tradicionalmente valoriza aspectos que contribuem para a segurança no trânsito, o segundo evento tem como objetivo incentivar a população a reduzir a utilização do automóvel, uma maneira para amenizar a poluição e melhorar a qualidade de vida nas cidades.

Do ponto de vista da segurança, os dados disponíveis mostram que, além de aperfeiçoamento na legislação, objetivo de projetos de lei que tramitam no Senado, o Brasil precisa, de fato, insistir com as campanhas de conscientização.

Quase 40 mil brasileiros perdem a vida a cada ano em decorrência de acidentes de trânsito (números de 2008), segundo os últimos dados sistematizados pelo Ministério da Saúde, por meio do Datasus, a partir dos registros sobre óbitos nos hospitais do país.

De modo geral, os acidentes acontecem porque os motoristas dirigem em alta velocidade e sem respeitar a sinalização de trânsito. Em muitos casos, os condutores assumem ainda o risco de dirigir após ingerir bebida alcoólica. O resultado disso aparece nas estatísticas das vítimas fatais, sem contar as que ficam marcadas por sequelas de diferentes graus, inclusive problemas definitivos de mobilidade que obrigam ao uso de cadeira de rodas.

Cinto salva vidas

Considerado relevante para a segurança do trânsito, o uso do cinto pelo condutor e pelo passageiro do banco dianteiro reduz em 50% o risco de morte em uma colisão de trânsito. O percentual é divulgado pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), junto com a informação de que 88% dos ocupantes dos bancos dianteiros de veículos automotores utilizam esse equipamento, mas apenas 11% dos passageiros do banco traseiro adotam o mesmo procedimento.

Este ano, a campanha da Semana Nacional do Trânsito buscou exatamente conscientizar os passageiros do banco traseiro para a necessidade do uso do cinto. É um cuidado para a segurança e, ainda, para o próprio motorista e o ocupante do banco do carona, muitas vezes imprensados, nos acidentes, pelo impacto do deslocamento do corpo dos que vão atrás sem o cinto.

A atual campanha elegeu ainda o estímulo ao uso das cadeirinhas para o transporte de crianças menores de 7 anos. Como esclarece o diretor do Denatran, Alfredo Peres da Silva, em texto alusivo à campanha, o uso do cinto não é a forma mais segura para o transporte de crianças em veículos.